UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB

FACULDADE UNB PLANALTINA – FUP

LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - LEDOC

GISLENE FARIAS DE SOUSA

OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DIADEMA RIBEIRÃO DOS BOIS NO MUNICÍPIO DE TERESINA DE GOIÁS: a luta pela ampliação do ensino fundamental na Escola Municipal Tia Adesuíta

Planaltina - DF
2023

GISLENE FARIAS DE SOUSA

OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DIADEMA RIBEIRÃO DOS BOIS NO MUNICÍPIO DE TERESINA DE GOIÁS: a luta pela ampliação do ensino fundamental na Escola Municipal Tia Adesuíta.

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Educação do Campo, da Faculdade UnB Planaltina, como requisito para obtenção do título de Licenciada em Educação do Campo - área de Ciências da Natureza.

Orientadora: Profª Draª Rosineide Magalhães de Sousa

Co-orientadora: Profª Drª Maria Osanette de Medeiros

Planaltina - DF
2023

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA –UnB

FACULDADE UNB PLANALTINA – FUP

LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - LEDOC

GISLENE FARIAS DE SOUSA

Aprovado em _____/_____/2025.

Banca Examinadora

_____
Profª Drª Rosineide Magalhães de Sousa
Orientadora (UnB)

_____
Profª Dra. Maria Osanette de Medeiros
Co-orientadora (UnB)

_____
Prof. Dr. Gilberto Paulino de Araújo
Examinador (UFT)

_____

Prof. Mestre Adão Fernandes da Cunha
Examinador ( )

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a meu pai Sivaldo e a minha mãe Ildelina, pelo empenho em cuidar do meu futuro, sempre estando comigo, me apoiando e me incentivando. Orgulho não tenho de mim, tenho deles que me fizeram alcançar os objetivos dessa jornada.

A minha irmã e aos meus irmãos que estiveram ao meu lado dando o máximo de carinho, amor, alegria. Aos meus tios e amigos que sempre estavam comigo em momentos tristes e alegres.

E, em especial, a meu irmão Wgleison, que também estava no caminho deste sonho, mas, a vontade de Deus o levou, nos deixando com saudades. Ele foi um dos que me levou nos lugares em busca dos dados da minha pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, Rosineide Magalhães, pela paciência que teve comigo nessa jornada. Agradeço, em especial, ao meu pai Sivaldo e à minha mãe Ildelina, à minha irmã Cidarlene, aos meus irmãos João Lério e Wgleison (*in memoriam*), e ao meu primo Ariel. Ao meu irmão João Lério e meu primo Ariel saíam comigo a pé em busca dos dados da pesquisa. Agradeço muito, pois sempre estiveram ao meu lado com amor e paciência. O apoio deles para vencer essa caminhada foi de grande contribuição para a pesquisa.

Agradeço também à coorientadora Maria Osanette e ao coorientador Adão Fernandes, que contribuíram com as orientações do meu trabalho desde a fase do projeto até a finalização da pesquisa.

Não posso deixar de agradecer às pessoas da comunidade Diadema, que contribuíram oferecendo dados e informações, participando ativamente e colaborando na mobilização para as reuniões. À LEdoC, como espaço que ensinou amizade, companheirismo, amor ao próximo e coletividade. Foi uma jornada de muito aprendizado, construindo espaços coletivos na universidade e na comunidade, como forma de organização e auto-organização, por meio da organicidade e de toda a vivência universitária.

Muito obrigada a todas e todos que contribuíram para a minha formação!

RESUMO

O presente estudo teve como tema a luta pela implementação do Ensino Fundamental II e pela implantação do Ensino Médio na comunidade quilombola Diadema, localizada em Ribeirão dos Bois, município de Teresina de Goiás. A pesquisa teve como objetivo geral contribuir com a luta investigativa dos motivos da não implementação do Ensino Fundamental II e do Ensino Médio na comunidade, além de compreender os impactos dessa ausência na vida dos estudantes e nas dinâmicas socioculturais locais. A investigação teve caráter qualitativo, de natureza descritiva e abordagem participativa, sendo desenvolvida por uma pesquisadora inserida na própria comunidade. Foram utilizados como instrumentos metodológicos a entrevista semiestruturada, a observação direta, o diário de campo e a análise de documentos. Participaram da pesquisa uma mãe de aluno e um professor do 1º ao 5º ano, além de outros membros que contribuíram durante reuniões e mobilizações comunitárias. Os resultados evidenciaram que a ausência das séries finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio decorre principalmente da falta de interesse político e administrativo por parte dos gestores municipais, e não de limitações estruturais da escola. Verificou-se ainda que o deslocamento diário dos estudantes até a cidade de Teresina, com duração média de uma hora, gera cansaço, risco no trânsito, evasão escolar e prejuízos à aprendizagem. Por outro lado, observou-se um forte engajamento da comunidade, que vem se organizando por meio de reuniões, documentos e reivindicações formais, demonstrando consciência crítica e valorização da identidade quilombola. Conclui-se que a ampliação da oferta educacional na comunidade Diadema não representa apenas uma necessidade pedagógica, mas um ato político de resistência, de afirmação cultural e de busca por equidade social. A efetivação do Ensino Fundamental II e do Ensino Médio na escola Tia Adesuíta é, portanto, condição essencial para o fortalecimento da Educação do Campo e para a garantia do direito constitucional à educação de qualidade, contextualizada e inclusiva.

Palavras-chave: Educação quilombola; Ensino Fundamental II; Educação do Campo; Políticas públicas; Identidade cultural.

ABSTRACT

The present study focused on the struggle for the implementation of Lower Secondary Education (Ensino Fundamental II) and Upper Secondary Education (Ensino Médio) in the quilombola community of Diadema, located in Ribeirão dos Bois, in the municipality of Teresina de Goiás. The general objective of this research was to contribute to the investigative effort regarding the reasons for the non-implementation of these educational stages in the community, as well as to understand the impacts of this absence on students' lives and local sociocultural dynamics. The investigation adopted a qualitative, descriptive, and participatory approach, conducted by a researcher who is a member of the community. The methodological instruments included semi-structured interviews, direct observation, field diary entries, and document analysis. The participants consisted of one mother of a student and one teacher of the 1st to 5th grades, in addition to other community members who contributed during meetings and mobilization efforts. The results revealed that the absence of the final years of elementary and secondary education is mainly due to the lack of political and administrative commitment by local authorities, rather than structural limitations of the school. It was also found that students' daily commute to the city of Teresina, lasting approximately one hour, causes fatigue, exposure to traffic risks, school dropout, and learning difficulties. On the other hand, strong community engagement was observed, with residents organizing through meetings, documents, and formal petitions, demonstrating critical awareness and appreciation of quilombola identity. It is concluded that expanding educational opportunities in the Diadema community is not merely a pedagogical necessity but a political act of resistance, cultural affirmation, and pursuit of social equity. Therefore, the implementation of Lower and Upper Secondary Education at Tia Adesuíta School is an essential condition for strengthening Rural Education and guaranteeing the constitutional right to quality, contextualized, and inclusive education.

Keywords: Quilombola education; Lower Secondary Education; Rural education; Public policies; Cultural identity.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Vista da frente da escola Tia Adesuíta.....31
Figura 2 - Reunião com o vereador da comunidade - quadra poliesportiva da escola 32
Figura 3 - Reunião na escola Tia Adesuíta.....37
Figura 4 - Reunião na escola Tia Adesuíta.....37
Figura 5 - Reunião na escola Tia Adesuíta.....38
Figura 6 - Reunião na escola Tia Adesuíta. Manifestação de interesse pela extensão 38

LISTA DE SIGLAS

CF - Constituição Federal

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LEDOC - Licenciatura em Educação do Campo

UNB - Universidade de Brasília

SUMÁRIO

1 Introdução.....11
2 Capítulo I – Referencial teórico.....15
2.1 A comunidade Diadema Ribeirão dos Bois no Contexto Histórico Social...15
2.1.1 Do surgimento ao ressurgimento.....15
2.2 Quem sou eu: minha raiz.....17
2.2.1 Infância.....18
2.2.2 Adolescência.....19
2.2.3 Esperança.....22
2.3 Um diálogo com as bases legais da educação como direito.....23
3 Capítulo II - Metodologia.....28
4 Capítulo III - Resultados e discussões.....30
4.1 Da composição da equipe de profissionais.....33
4.1.1 Quadro Administrativo.....33
4.1.2 Quadro Pedagógico.....33
4.2 Poder Público Municipal.....34
4.3 A Luta pela ampliação dos níveis da educação básica na comunidade Diadema.....35
4.5 Conscientização e valorização da identidade quilombola.....42
5 Considerações finais.....47
REFERÊNCIAS.....49
APÊNDICES.....51
Apêndice A.....51
Apêndice B.....52
Apêncice C.....53
Apêndice D.....54
Apêndice E.....55
ANEXOS.....56
Anexo 1.....56

1 Introdução

Este trabalho surge da minha inquietação e do meu desejo de não deixar que a nossa luta quilombola, por uma educação do campo e no campo, venha a enfraquecer ou se perder. E mais que isso, também do meu querer fazer com que a comunidade, principalmente os jovens tomem consciência da sua identidade e da necessidade de uma educação condizente com a sua realidade, neste caso uma Educação Escolar Quilombola.

O cenário da pesquisa foi a comunidade Diadema/Ribeirão dos Bois, município de Teresina de Goiás, uma comunidade quilombola que se formou há mais de trezentos anos pelos negros refugiados da escravidão.

O termo *quilombo* tem origem na língua banto, trazida pelos povos africanos, e designava inicialmente agrupamentos de resistência formados por pessoas que fugiam da escravidão. Com o tempo, o conceito passou a ter um caráter político e identitário, utilizado para reconhecer comunidades que preservam modos de vida tradicionais, baseados na agricultura, na criação de animais, na pesca, na caça e em expressões culturais próprias. Nesse sentido, o povo Kalunga é um exemplo de comunidade remanescente de quilombo. Segundo Cunha (2018), os Kalunga estão localizados nos estados de Goiás e Tocantins, distribuídos em quatro municípios distintos: Paranã, Monte Alegre, Teresina e Cavalcante. Assim, ainda que o território Kalunga tenha se constituído posteriormente, sua origem está vinculada à ancestralidade quilombola e à resistência dos povos negros no Brasil.

A intenção em me juntar à luta da comunidade na pesquisa que apresento aqui, vem no sentido de contribuir para o fortalecimento dessa luta na busca de exigir do poder público a implementação da segunda fase do ensino fundamental e o ensino médio na escola municipal Tia Adesuíta, situada na comunidade Diadema/Ribeirão dos Bois. Também a organização coletiva da comunidade em buscar alternativas para garantir os direitos das crianças e adolescentes ao acesso a uma educação de qualidade sem ter que se deslocar para Teresina.

Observa-se uma perda dos direitos que vem ocorrendo devido ao grande número de jovens da comunidade Ribeirão dos Bois, que deixam a comunidade por falta da oferta da terminalidade do ensino básico no local. Cada dia mais os jovens se distanciando da sua cultura, das tradições, da raiz da sua identidade desacreditando,

assim, nos seus próprios sonhos de poder crescer se desenvolver se sustentar e viver na própria comunidade.

Por esta razão a pesquisa se associa a essa luta que tem como principal questão o descaso do poder público em relação aos direitos educacionais dentro das comunidades tradicionais. Nossa luta vai além da escola. Hoje queremos garantir escola e educação de qualidade que abranja o ensino fundamental e médio. Isso implica mantermos a atenção nas políticas públicas que atendar às demandas e necessidades das comunidades tradicionais e não permitir a desarticulação da luta dos nossos povos e no enfraquecimento da identidade negra.

Esta pesquisa se justifica pela necessidade de compreender mais profundamente a ausência de uma política educacional que contemple a oferta dos anos finais do ensino fundamental na própria comunidade. Essa lacuna obriga as crianças a se deslocarem diariamente até a cidade para continuar os estudos. Diante disso, o estudo buscou investigar os problemas e os reflexos dessa realidade, sobretudo para os estudantes que concluem o 5º ano e precisam se deslocar para dar continuidade à escolarização. Foi necessário, portanto, identificar as dificuldades enfrentadas por esses alunos ao deixarem a comunidade para estudar na cidade, uma vez que muitos acabam desistindo dos estudos em razão dos obstáculos encontrados nesse percurso.

Em relação à situação da comunidade Diadema/Ribeirão dos Bois, observa-se o descumprimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), bem como da Lei nº 10.639/2003, que trata da obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana. Além disso, verifica-se a não observância da Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica (Brasil, 2012), assegurando às comunidades quilombolas o direito a uma educação escolar específica, diferenciada, intercultural e comunitária (Soares *et al*., 2024).

Outro aspecto relevante desta pesquisa foi evidenciar às autoridades do município de Teresina de Goiás a importância da implementação dos anos finais do ensino fundamental na comunidade Diadema, de modo a evitar que os estudantes precisem se deslocar para outras localidades. A oferta dessa etapa de ensino na própria comunidade contribuiria significativamente para o melhor aproveitamento

escolar, uma vez que o tempo atualmente gasto com o deslocamento poderia ser direcionado a atividades de estudo, pesquisa e aprendizagem.

Nos primeiros momentos da mobilização, nos diálogos com a Prefeitura esta alegava que a escola Tia Adezuíta não atendia aos requisitos para atender as reivindicações da comunidade, no entanto, foi apresentado um levantamento realizado por uma comissão constituída durante as reuniões mostrando a estrutura da escola. A partir daí a prefeitura passou a integrar a comissão e analisar as condições da escola. O levantamento teve a intenção de mostrar à prefeitura que a escola dispõe de condições para atender aos anos finais do ensino fundamental e ao ensino médio e que é dever da prefeitura prover as condições ou melhorá-las.

Diante dessa situação, apresento a principal questão da pesquisa: por quais motivos não tem os anos finais do ensino fundamental e o ensino médio na comunidade? Outras questões estão presentes nos diálogos da comunidade: a educação oferecida pela escola Joaquim Fagundes, situada na sede do município, atende às crianças e jovens kalunga?

O que a comunidade quer é uma educação contextualizada e que prepare os jovens Kalunga para a vida, aprendendo com a sua cultura, com práticas educativas que os faça compreender, respeitar e valorizar o seu povo, a sua identidade. Convém lembrar que existem fatores que influenciam na descontinuidade dos estudos, muitas vezes acarretando o abandono e/ou a evasão escolar devido à oferta inadequada ou a negação da educação para o nosso povo. Assim, a proposta de ampliação dos níveis de ensino para a escola, demonstrando seu importante papel não somente para os estudantes, mas para a comunidade em geral, foi forte questão deste trabalho.

Nesse sentido é que foi proposta esta pesquisa que apresenta elementos centrais sobre os principais desafios da educação na comunidade e a luta pela ampliação do ensino fundamental e implantação do ensino médio.

Na perspectiva como objetivo geral, esta pesquisa busca contribuir com a luta investigativa dos motivos da não implementação do Ensino Fundamental II e Ensino Médio na comunidade Diadema/Ribeirão dos Bois. Associados a esse objetivo geral estão os específicos, que buscam: verificar os diálogos com as autoridades do município de Teresina de Goiás, para saber por que nunca deram resposta para as mães e os pais da comunidade, ao serem indagados sobre os motivos de não oferecer o ensino básico completo na comunidade Diadema; contribuir para despertar a consciência da juventude sobre a necessidade e a importância de permanecerem na

comunidade estudando, lutando e garantindo o fortalecimento e valorização da identidade quilombola. Fazer um levantamento do quantitativo de estudantes que estão sendo transportados da comunidade e por fim identificar os principais problemas e desafios enfrentados pelos estudantes ao sair da comunidade para estudarem na cidade.

A metodologia se fundamenta na abordagem qualitativa de pesquisa, por meio da pesquisa-ação. A escolha da pesquisa-ação se deu pelo fato de meu envolvimento com o tema, que se junta à problematização da implementação do ensino fundamental e implantação do ensino médio na comunidade, considerando-se que há um descaso no tratamento da educação escolar em relação aos estudantes do ensino fundamental de Diadema, uma vez que a partir da segunda fase do ensino fundamental eles são transportados para estudarem na cidade. Os instrumentos para a produção dos dados foram a entrevista, observação e reuniões.

Desse modo, este trabalho está organizado em quatro capítulos, além desta introdução: o primeiro apresenta a fundamentação teórica no qual encontra-se a contextualização histórica da comunidade Diadema/Ribeirão dos Bois cujo sentido é situar ao leitor melhor do chão desta pesquisa trazendo também um pouco do histórico da educação escolar os desafios, lutas e conquistas. Neste mesmo capítulo apresento minha experiência de vida como sujeito pesquisador, mas também como sujeito pesquisado, pois toda essa problemática apresenta fez parte da minha infância ali na comunidade e, ainda, hoje faz parte da vida de muitos jovens. Também neste mesmo capítulo estão apresentadas algumas formas de lutas já exercidas e que ainda estamos exercendo para a ampliação dos níveis de ensino e a garantia da continuidade da vida na comunidade e os benefícios que esta conquista poderá trazer para estudantes e familiares. O Capítulo 2 descreve a metodologia deste estudo, com os processos percorridos para o seu desenvolvimento. O Capítulo 3 traz os resultados da pesquisa, contemplando o que foi encontrado no decorrer do desenvolvimento. Por fim, o último capítulo apresenta as considerações finais em que são retomados os propósitos da pesquisa e a consecução dos objetivos propostos.

Quando à linguagem descritiva, utilizo duas pessoas verbais, uma na primeira pessoa do singular e outra na primeira pessoa do plural, visto que sou uma pesquisadora implicada na pesquisa, portanto, ao mesmo tempo em que sou a pesquisadora sou também sujeito coletivo de minha comunidade como parte do objeto pesquisado.

2 Capítulo I – Referencial teórico

2.1 A comunidade Diadema Ribeirão dos Bois no Contexto Histórico Social

A comunidade Diadema Ribeirão dos Bois, como já apresentada brevemente na introdução, está localizada na região norte do Estado de Goiás a 50 km de Teresina a margem esquerda da GO-118. É uma comunidade remanescente de Quilombos que se formou há mais de três séculos pelos negros refugiados da escravidão.

De acordo com Almeida (2012 *apud* Silva 2013, p. 11):

> A comunidade de Ribeirão dos Bois faz parte da bacia hidrográfica do Rio Tocantins, e tem a presença do Rio Paranã. O clima nesse território está inserido em uma zona de transição entre os domínios dos climas semiáridos; as chuvas se concentram no período de novembro a março. A vegetação predominante é o Cerrado, intercalado de matas residuais com ocorrência de Cerradão, com exuberante fauna e flora.

Para saber quantas famílias tem na comunidade, em entrevista, foi perguntado ao Agente de Saúde, e ele respondeu que:

> *"são 140 famílias, sendo grande parte oriunda dos negros e outra parte de pessoas que vieram de outras redondezas e constituíram fazendas nas nossas terras. Somos um povo unido por laços de parentesco, assim o topônimo é dividido entre pais, irmãos, tios e avós, entre outros. O que nos resta da terra e dos saberes dela vem sendo cultivado de geração em geração"* (Agente Comunitário de Saúde, 2020).

Neste contexto, de acordo com Silva (2013), a comunidade Ribeirão dos Bois integra a bacia hidrográfica do Rio Tocantins e é atravessada pelo Rio Paranã. Atualmente, conta com cerca de cento e vinte famílias, cujos membros mantêm fortes vínculos de parentesco, formando núcleos familiares compostos por pais, irmãos, tios e avós que compartilham o mesmo território. Sua origem remonta aos descendentes de pessoas escravizadas que, ao fugirem das minas da região e do cativeiro, buscaram refúgio em áreas de difícil acesso, onde se organizaram em um quilombo, posteriormente reconhecido como parte do território Kalunga.

2.1.1 Do surgimento ao ressurgimento

Contam os mais velhos da comunidade que Ribeirão dos Bois, uma comunidade negra, foi originalmente formada por descendentes de pessoas

escravizadas que fugiram das minas de garimpo de várias regiões e do cativeiro onde eram mantidas acorrentadas. Em busca da liberdade, esses antepassados se refugiaram em locais de difícil acesso, organizando-se em um quilombo que, posteriormente, ficou reconhecido como parte do território Kalunga.

Embora o acesso à comunidade Ribeirão dos Bois seja hoje mais facilitado em relação às demais comunidades Kalunga do Sítio Histórico, o local foi escolhido porque, na época, era uma área de matas virgens e inóspitas, próxima ao rio Paranã e cercada por serras, o que oferecia proteção natural contra os capitães do mato e demais perseguidores.

De acordo com a memória oral transmitida entre os moradores, acredita-se que a comunidade tenha sido habitada há mais de 300 anos, na mesma época em que se formaram outras comunidades Kalunga. Desde então, a luta pela sobrevivência tem se fortalecido dia após dia, com o desenvolvimento de práticas agrícolas, de pesca e de manifestações culturais, como as rezas e celebrações tradicionais, que ressignificaram a vida e a resistência coletiva do povo Kalunga.

A comunidade luta não apenas pela sobrevivência física, mas também pela garantia de direitos sociopolíticos e pela preservação de uma identidade constantemente ameaçada. Diante de processos históricos de exclusão social e da negação de políticas públicas, especialmente no campo da educação, o ato de resistir e continuar reivindicando direitos representa a garantia de continuidade da identidade quilombola para as futuras gerações.

Atualmente, a comunidade conta com cerca de 350 pessoas, incluindo todas as famílias, conforme informações do Agente Comunitário de Saúde (2021). A maioria é formada por descendentes de negros quilombolas, embora também existam moradores de outras origens. Muitos ainda preservam parte dos costumes tradicionais e mantêm modos de vida baseados na agricultura de subsistência e no artesanato, cultivando mandioca, milho e outros alimentos em seus quintais.

Entretanto, a cultura local tem se mostrado cada vez mais fragilizada, e muitos desses costumes vêm sendo substituídos por trabalhos temporários como diaristas, empregos oferecidos pela prefeitura municipal e, no caso dos jovens, pela busca de oportunidades nas grandes cidades. Essa mudança está relacionada à falta de políticas de desenvolvimento sustentável voltadas às comunidades tradicionais, o que tem provocado esvaziamento do campo e aumento da evasão escolar.

Os afazeres e costumes tradicionais estão sendo gradualmente substituídos por práticas externas, configurando um choque cultural que limita o acesso dos moradores à própria herança identitária. Brincadeiras antigas das crianças Kalunga, por exemplo, quase não são mais vistas; atualmente, os jovens se dedicam principalmente ao futebol, e apenas alguns ainda ajudam os pais nas atividades domésticas e agrícolas.

Essas transformações nos levam a refletir sobre diversas questões, mas o que mais chama atenção é a luta atual da comunidade pelo direito à educação. No passado, muitos moradores não tiveram a oportunidade de estudar, e aqueles que iniciaram os estudos foram obrigados a interrompê-los devido à falta de escolas próximas e às dificuldades de deslocamento para a cidade. Assim, ainda hoje, muitos dos mais velhos são analfabetos ou estudaram apenas até o 5º ano.

A luta pela ampliação da oferta educacional, portanto, reflete também o desejo coletivo de reingressar na escola, de retomar os estudos interrompidos e de concluir o ensino fundamental e médio, reafirmando o compromisso da comunidade com a educação como instrumento de libertação e fortalecimento da identidade quilombola.

2.2 Quem sou eu: minha raiz

Eu, Gislene Farias de Sousa, tenho 24 anos, sou quilombola, filha de pais quilombolas e moradora da comunidade Diadema/Ribeirão dos Bois, no município de Teresina de Goiás. Nasci na cidade de Monte Alegre de Goiás e moro com meus pais.

Meu pai, Sivaldo Faria Moreira, nasceu na comunidade quilombola Diadema. É Agente Comunitário de Saúde (ACS) e trabalha na própria comunidade. Minha mãe, Ildelina de Sousa Ribeiro, é lavradora, nasceu na comunidade Vão de Almas, estudou até o 8º ano e sempre trabalhou na roça para garantir sua sobrevivência.

Meus pais sempre trabalharam — e ainda trabalham — em roças, buscando adquirir seus próprios meios de vida. Eles vieram da comunidade Vão de Almas, um lugar de difícil acesso, e o deslocamento até a cidade era feito a cavalo ou a pé para atender às necessidades básicas. Embora eu tenha nascido em Diadema, a origem de meu pai é o Vão de Almas, de onde vieram meus avós paternos para Diadema.

Segundo meus pais, a escola que frequentavam na época funcionava por meio de visitas às casas de algumas pessoas mais velhas da comunidade, que possuíam algum conhecimento sobre alfabetização. Caminhavam léguas para chegar até essas

casas, onde recebiam os primeiros conteúdos. Como não havia transporte, sempre andavam a cavalo ou a pé, tanto para alcançar essas casas de alfabetização quanto para chegar à cidade. Ou seja, para qualquer necessidade, o principal meio de locomoção eram os animais de montaria.

Com o passar do tempo, meus pais tiveram a oportunidade de ampliar um pouco mais seus estudos. Minha mãe concluiu o 4º ano do ensino fundamental, e meu pai, por meio do supletivo, concluiu o ensino médio.

O que nos interessa aqui, porém, é falar um pouco sobre mim. Vamos deixar meus pais como estão, porque agora cheguei eu.

2.2.1 Infância

Minha infância foi muito proveitosa e divertida, especialmente na companhia do meu tio Joaquim de Sousa Ribeiro e da minha tia Maura de Sousa Ribeiro. Logo após o meu nascimento, em 2002, eles vieram da comunidade Vão de Almas para Diadema, onde passaram a morar com meus pais, pois, naquela época, lá também não havia ensino médio completo para que pudessem concluir os estudos. Mesmo sem o ensino médio na comunidade, em Diadema ficava mais próximo, já que o transporte escolar levava os estudantes até Teresina de Goiás, onde frequentavam o Colégio Estadual Joaquim de Souza Fagundes.

A chegada dos meus tios à casa dos meus pais foi muito importante na minha vida. Comecei a conhecer o alfabeto por meio deles, que me ensinaram a escrever meu nome, formar palavras e continuar aprendendo. Minha tia Maura sempre me ajudava nas atividades, e sou muito grata por isso. Nossa diversão era um quadro feito de “taba”, espécie de material retirado da madeira, usado na fabricação de móveis, além das brincadeiras com bonecas e o jogo de biloca, conhecido em muitos lugares como bolinha de gude.

Comecei a estudar na Escola Municipal Tia Adesuíta, localizada na comunidade Diadema, município de Teresina de Goiás. Iniciei meus estudos aos seis anos de idade, em 2003. Entrávamos às 7 horas da manhã e saíamos às 11h15. A escola mencionada oferece, até hoje, apenas do 1º ao 5º ano do ensino fundamental. Daí surgiu meu interesse em lutar, junto a outros moradores da comunidade, pela ampliação dos níveis de ensino, o ensino fundamental II e o ensino médio, para que as políticas públicas educacionais possam, de fato, alcançar os povos tradicionais.

Concluí o 5º ano em 2010, aos 11 anos de idade, na Escola Tia Adesuíta, e iniciei o 6º ano no Colégio Estadual Joaquim de Souza Fagundes, localizado na cidade de Teresina de Goiás, como mencionado anteriormente. São aproximadamente 50 km de distância entre a comunidade Diadema/Ribeirão dos Bois e a cidade, percurso que precisávamos percorrer diariamente. Até hoje, os estudantes do ensino fundamental II e do ensino médio ainda enfrentam essa longa jornada, pois os níveis de ensino na comunidade ainda não foram ampliados.

O que se pode observar nessa trajetória é o aumento do número de estudantes que utilizam o transporte escolar e a crescente negligência com a política de transporte e com outros direitos educacionais da nossa comunidade.

Nesse sentido, ao concluir a primeira fase do ensino fundamental e passar a estudar no período vespertino, eu precisava pegar o ônibus escolar que fazia o trajeto entre a Escola Tia Adesuíta e o Colégio Joaquim de Souza Fagundes todos os dias. Saía de casa às 10h30 para chegar ao ponto onde o ônibus passava, e chegava à cidade por volta das 12h30, quando não havia atrasos. Moro nas proximidades da Escola Tia Adesuíta, mas outros estudantes, até hoje, precisam sair de casa bem mais cedo, por volta das 9 horas da manhã, para conseguir alcançar o transporte escolar.

2.2.2 Adolescência

O tempo passou e, em 2017, tive a oportunidade de ingressar no curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade de Brasília (LEdoC/UnB), por meio do Enem. Estudar na Universidade de Brasília foi e continua sendo de extrema importância para mim, pois eu não possuía um conhecimento aprofundado sobre nossas causas e direitos. Os conhecimentos adquiridos na LEdoC e em minhas vivências são valiosos, porque representam algo que ninguém pode me tirar e que levarei para toda a vida. Isso me motiva a continuar aprendendo e a buscar, a cada dia, um maior aprofundamento.

Além disso, esses conhecimentos possibilitam o meu engajamento na luta por nossos direitos, especialmente na busca pela efetivação das políticas de ações afirmativas nas comunidades quilombolas. Sobre essas políticas, recorremos ao Dicionário da Educação do Campo para trazer algumas reflexões com base no que apontam estudiosos como Molina e Sá (2012), Caldart (2012), Haddad (2012) e Cunha (2018), entre outros.

Iniciaremos nossa reflexão sobre a Educação e a Escola do Campo a partir da ideia e do princípio da luta por direitos e igualdade dos povos trabalhadores do e no campo. Nesse sentido, Molina e Sá (2012, p. 326) enfatizam que:

> A concepção de escola do campo nasce e se desenvolve no bojo do movimento da EDUCAÇÃO DO CAMPO, a partir das experiências de formação humana desenvolvidas no contexto de luta dos movimentos sociais camponeses por terra e educação (grifo das autoras).

Aqui, é possível perceber e entender de início o papel da Educação do Campo. Ela surge a partir de um movimento de luta pela garantia, a princípio do direito ao acesso à terra e, por conseguinte a uma educação escolar no território onde vivem os camponeses.

Ainda no mesmo contexto, as autoras supracitadas descrevem que:

> Sendo assim, ela se coloca numa relação de antagonismo às concepções de escola hegemônicas e ao projeto de educação proposto para a classe trabalhadora pelo sistema do capital. O movimento histórico de construção da concepção de escola do campo faz parte do mesmo movimento de construção de um projeto de campo e de sociedade pelas forças sociais da classe trabalhadora, mobilizadas no momento atual na disputa contra hegemônica (Molina; Sá, 2012 p.326-327).

Nesse sentido, apresentar o conceito de Educação do Campo é de suma importância, por se tratar de uma política de ação afirmativa que se constitui como um direito dos povos tradicionais de lutarem por um novo projeto de vida e de sociedade no e para o campo. A Educação do Campo, portanto, abrange um conjunto de outros direitos vinculados não apenas ao acesso à terra e aos projetos de educação escolar, mas também a um amplo universo político, econômico, social e cultural.

A concepção de educação e de escola do campo abordada neste estudo está enraizada no processo histórico de luta da classe trabalhadora pela superação do sistema capitalista, que impõe limites educacionais e nega oportunidades aos povos tradicionais, como destacam os autores. O acesso ao conhecimento e a garantia do direito à educação escolar para os sujeitos do campo fazem parte dessa luta e dão significado à criação do curso de Licenciatura em Educação do Campo.

Segundo Caldart (2012, *apud* Cunha, 2015, p. 27):

> A Educação do Campo reflete um fenômeno da realidade brasileira que estamos vivendo, respectivamente devido às organizações dos trabalhadores rurais na luta pela transformação social. Com isso, percebemos que esses embates são questões de legado de compromisso com a juventude desse

> país, tomadas a cultura, a realidade o conhecimento tradicional e, sobretudo, o trabalho como princípio e base da formação humana.

Ainda de acordo com esses autores, a Educação do Campo “é uma revelação dos objetivos dos sujeitos que remetem às questões da diversidade cultural e social por projetos de campo” (p. 27), vinculando-se a um projeto mais amplo de país, com concepções de políticas públicas de educação e de formação humana que não se baseiam na dominação de uma classe sobre as outras.

Conforme Caldart (2012, *apud* Cunha, 2015, p. 28), “a Educação do Campo surgiu da ideia da Educação Básica do Campo no auge de uma Conferência Nacional de 1998, desmistificando e identificando o campo como espaço e trabalho dos camponeses”. Mais do que um espaço de trabalho, o campo é também um espaço de luta, de vivências e de vida.

A Educação do Campo, portanto, constitui-se em um desafio de conceber e desenvolver, nos sujeitos, uma formação contra-hegemônica, integrada a um projeto de vida e de transformação social. Essa educação deve ser conduzida coletivamente pelos próprios trabalhadores e trabalhadoras do campo.

É necessário construir uma educação no e do campo que valorize e promova a formação integral dos trabalhadores rurais, contribuindo para a transformação do mundo e para a autotransformação humana. Essa educação deve assegurar aos filhos e filhas de camponeses o acesso aos seus direitos sociais e culturais, garantindo-lhes condições de acesso, permanência e sustentabilidade em suas formas de viver.

Segundo Sergio Haddad (2012, p. 217),

> Conceber a educação como direito humano significa incluí-la entre os direitos necessários à realização da dignidade humana plena. Assim, dizer que algo é um direito humano é dizer que ele deve ser garantido a todos os seres humanos, independentemente de qualquer condição pessoal. Esse é o caso da educação, reconhecida como direito de todos após diversas lutas sociais, posto que por muito tempo foi tratada como privilégio de poucos.

É com base nisso que buscamos aqui a garantia dos sujeitos da comunidade Diadema a uma educação dentro da própria comunidade, pois o modo como esses direitos estão sendo propagados para nós tem sido de maneira muita mais excludente do que inclusiva.

O mesmo autor acima citado aponta ainda:

> Ocorre que a garantia do direito à escolarização antecedeu a sua efetivação, e sua realização plena não se efetivou até hoje. Ao mesmo tempo, nos últimos anos, em virtude da influência das políticas neoliberais e pela força Direito à Educação hegemônica dos valores do mercado, poucas vezes a educação tem sido lembrada como formação para a cidadania. O discurso que prevalece é o de reduzir a educação a seu aspecto funcional em relação ao desenvolvimento econômico, ao mercado de trabalho, à formação de mão de obra qualificada... A educação como direito humano pressupõe o desenvolvimento de todas as habilidades e potencialidades humanas, entre elas o valor social do trabalho, que não se reduz à dimensão do mercado, (Haddad, 2012, p. 219-220 – grifo do autor).

Esta pesquisa pretende contribuir, ainda mais, para fortalecer a nossa luta no que se refere à afirmação de Haddad (2012) onde o autor afirma que:

> O reconhecimento do direito à educação implica que sua oferta deve ser garantida para todas as pessoas. A equidade educativa significa igualar as oportunidades para que todas as pessoas possam ter acesso, permanecer e concluir a educação básica e, ao mesmo tempo, desfrutem de um ensino de alta qualidade, independentemente de sua origem étnica, racial, social ou geográfica (Haddad, 2012, p. 219).

Feitas essas considerações compreendo que os conhecimentos voltados para área do campo em especial sobre a Educação no Campo nos territórios tradicionais, fortalecerá a nossa comunidade e a preservação da nossa identidade.

Uma parte de mim foi apresentada aqui por meio deste relato, a outra parte ficará para as longas vivências que teremos na jornada em busca dos nossos direitos. Aos interessados em conhecer melhor esta realidade fica aberto o convite para se juntar a nossa luta!

2.2.3 Esperança

Abrimos esta seção para refletir sobre as expectativas que norteiam esta pesquisa e sobre o que, enquanto pesquisadora, tenho a esperança de contribuir. A esperança, segundo Freire (1992), não se restringe ao verbo “esperar”, mas se transforma em ação, impulsionando-nos a trabalhar para que sonhos e direitos se concretizem.

Na comunidade de Diadema, em Teresina de Goiás, a esperança é intrinsecamente ligada à luta por educação de qualidade e pelo reconhecimento dos direitos quilombolas. Os moradores relatam desafios históricos, como a carência de infraestrutura escolar adequada, a falta de recursos pedagógicos, a escassez de professores qualificados e a pouca valorização da cultura local. Diante desse cenário,

surge o desejo coletivo de que as crianças e jovens tenham oportunidades reais de aprendizagem e desenvolvimento pessoal, dentro de um ambiente que respeite suas raízes culturais e sociais.

A pesquisa que realizamos busca dar visibilidade a esses anseios. Por meio de entrevistas e conversas com membros da comunidade, identificamos expectativas claras: melhoria das condições físicas da escola Tia Adesuíta, oferta de atividades extracurriculares que valorizem a cultura quilombola, maior envolvimento da comunidade na gestão escolar e garantia de políticas públicas que assegurem o direito à educação para todos. Esses desejos traduzem não apenas necessidades materiais, mas também a busca por dignidade, inclusão e protagonismo social.

A esperança, portanto, é coletiva e se renova a cada ação da comunidade. Ela se manifesta nas reuniões comunitárias, nas mobilizações para a melhoria da escola, na valorização da cultura quilombola e na resistência contra desigualdades históricas. Este trabalho acadêmico se propõe a ser mais do que um registro: ele é um instrumento de transformação social, contribuindo para que os sonhos e direitos da comunidade se concretizem.

Ao final, nossa esperança se estende para além da escola, aspirando que todos os direitos quilombolas sejam reconhecidos e efetivados, de modo que se construa uma sociedade mais justa, igualitária e inclusiva. Assim, encerramos este capítulo, preparando o caminho para o próximo, que tratará das bases legais que amparam e fortalecem os direitos da comunidade, oferecendo suporte para que a esperança aqui expressa se traduza em ações concretas.

2.3 Um diálogo com as bases legais da educação como direito

Este capítulo é destinado ao diálogo com algumas bases legais que tratam dos nossos direitos educacionais enquanto comunidade e enquanto sujeitos de culturas diferentes. Não será aprofundada a discussão de cada um desses direitos, mas apresentaremos uma breve análise, desde a Constituição de 1988 até os dias atuais. Nossa intenção é mostrar a relação entre a luta pela ampliação dos níveis de ensino na escola municipal Tia Adesuíta e o conhecimento que temos sobre os direitos garantidos.

A proposta é dialogar com algumas bases legais, abordando o direito à educação e a garantia desses direitos para os educandos, assegurando-lhes uma

educação de qualidade. Para realizar as discussões sobre as questões levantadas nesta pesquisa acerca das políticas educacionais voltadas para a comunidade de Diadema, é importante refletir sobre a luta por direitos à educação sob a perspectiva da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/96, especialmente no que se refere à oferta e à ampliação dos níveis de ensino.

Dada a importância do que a Constituição Federal de 1988 nos garante, ressalta-se a necessidade de que pais e comunidade conheçam essas garantias, para que possam participar de forma efetiva na luta pelo direito à igualdade. Vejamos, a seguir, o que dispõe o artigo 205 da Constituição Federal:

> A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988, p. 123).

Sob a perspectiva deste artigo, nota-se que, por um lado, o direito à educação está sendo garantido no que diz respeito ao acesso, mas sua oferta ocorre de maneira excludente, uma vez que os alunos se veem obrigados a sair da comunidade para buscar uma escola em outra localidade, devido à falta de políticas efetivas que assegurem esse direito onde residem.

Nessa mesma direção, Cunha (2018), referenciando a Constituição, destaca o artigo 215, que trata da garantia do pleno exercício dos direitos culturais, do acesso às fontes da cultura, da valorização e da difusão das manifestações culturais. Destaca também o artigo 216, que aborda o patrimônio cultural brasileiro.

A partir do exposto nesses artigos, podemos afirmar que a luta não se vincula apenas à necessidade de ampliação dos níveis de ensino na comunidade de Diadema, mas sim a um legado maior: o resgate, a valorização e a reconstrução da identidade quilombola, dando sentido à educação escolar e ressignificando a sociedade em sua complexidade. Nesse sentido, esses artigos apontam ainda que uma educação deslocada de seu contexto contribui para a invisibilidade de uma comunidade e de uma identidade como a nossa.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/96 fundamenta nossa discussão, partindo do artigo 4º, que apresenta a educação como dever do Estado, mediante oferta gratuita e de qualidade. No nosso entendimento, retirar as crianças da comunidade para estudar na cidade compromete a qualidade da

educação, uma vez que nem sempre as condições de deslocamento são favoráveis, seja por atraso no transporte escolar, falta de transporte ou pelas condições das estradas durante o período de chuvas, que frequentemente tornam o trajeto intrafegável. Esse conjunto de fatores dificulta o acesso à escola, leva os estudantes a perderem aulas e compromete o aprendizado, além de contrariar o artigo 3º, inciso I, da LDB nº 9.394/96, que garante igualdade de condições para o acesso à escola.

Outro artigo a ser destacado dessa mesma lei é o artigo 28, que diz:

> Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:
> I – Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
> II – Organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolas às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
> III – adequação à natureza do trabalho na zona rural (Brasil, 1996, art. 28).

Fica evidente que o processo de retirada dos alunos de sua comunidade para estudar na cidade implica não apenas na qualidade da educação, mas em todos os aspectos da formação de vida dos sujeitos do campo e, em especial, dos sujeitos quilombolas, público desta discussão.

De acordo com o artigo 1º da LDB, “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem: na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (Brasil, 1996, art. 1). A situação enfrentada pela comunidade de Diadema suscita o seguinte questionamento: se as crianças saem de sua comunidade para estudar na cidade, como ficam os processos formativos e a convivência na vida familiar e comunitária? As crianças passam parte do tempo fora da comunidade, entre o trajeto para a escola e o período de estudo na cidade.

Além disso, a organização escolar própria da comunidade perde o direito de participar dessa organização, pois os alunos são obrigados a seguir as formas de organização externas, o que enfraquece a participação comunitária e o envolvimento das famílias nos processos escolares.

No que diz respeito à organização do trabalho na zona rural, destaca-se outra questão fundamental: a luta pela implementação da Educação Escolar Quilombola, que será discutida a seguir. Para essa reflexão, trazemos as diretrizes da Educação

Quilombola. Nossa intenção é dialogar com instrumentos de luta na busca pela garantia de uma educação escolar dentro da própria comunidade.

De acordo com Cunha (2018, p. 78), “um dos objetivos desse diálogo é contribuir com propostas de princípios pedagógicos que podem nos ajudar a avançar na educação escolar quilombola apoiada nas Leis 9.394/96, 10.639/03 e 11.645/08”, conforme redação apresentada pelo caderno de diretrizes da mesma.

Em continuidade à discussão de Cunha (2018, p. 78),

> Considerando o que dispõem as leis, no artigo 1º do caderno de Diretrizes Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, está explicitado que essa educação deve gozar da memória coletiva dos grupos étnicos, da linguagem e das práticas culturais, dos marcos civilizatórios, das formas rústicas da produção e reprodução do trabalho, da vida quilombola, da territorialidade, bem como também do patrimônio cultural nacional e internacional.

Nesse sentido, a descontinuidade do ensino básico na comunidade Diadema nos mostra aos poucos os jovens quilombolas vêm tendo a sua identidade renegada nas escolas da cidade pelo fato de que as mesmas nem sempre reconhecem e desenvolvem um trabalho de valorização da cultura do povo do campo.

Ainda sobre essas diretrizes Cunha (2018, p. 79) destaca que:

> No parágrafo único do artigo 21 dessas diretrizes, diz que por meio das leis, as comunidades quilombolas sejam elas rurais ou não e por meio dos seus projetos de educação escolar, as mesmas têm a prerrogativa de decidir o tipo de Ensino Médio a ser ofertado aos seus alunos. Deve ser ofertada de tal modo que dialoguem e atendam os modos de vida dos quilombolas e suas interorganizações sociais.

As diretrizes confirmam nossos direitos e, ao mesmo tempo, reforçam a necessidade de realizarmos um movimento de luta em prol da garantia desses direitos, pois muitos deles estão sendo esquecidos, outros sabotados e alguns ainda suprimidos ou negados, mesmo diante de marcos legais. Sendo assim, torna-se fundamental lutar pelo direito à Educação do Campo.

De acordo com o Decreto nº 7.352/2010,

> Art. 1º - A política de educação do campo destina-se à ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo, e será desenvolvida pela União em regime de colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, de acordo com as diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação e o disposto neste Decreto.
> Art. 2 º - São princípios da educação do campo:
> I - Respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia;

> II - Incentivo à formulação de projetos político-pedagógicos específicos para as escolas do campo, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho;
> III - desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento da especificidade das escolas do campo, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo;
> IV - Valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdo curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
> V - Controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo. (BRASIL, 2010).

Desta forma, a Educação do Campo neste contexto entra justamente pela necessidade do que diz este decreto nos artigos citados acima. Pois a comunidade Diadema ainda hoje não goza dos seus direitos educacionais enquanto sujeitos quilombolas e do campo.

A Resolução CNE/CEB nº 01/2002 - Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo, conceitua educação do campo:

> Art. 2º - Educação do Campo é toda ação educativa desenvolvida junto às populações do campo e fundamenta-se nas práticas sociais constitutivas dessas populações: os seus conhecimentos, habilidades, sentimentos, valores, modo de ser, de ver, de viver e de produzir e formas de compartilhar a vida (Brasil, 2022, art. 2º).

Nestes quesitos que defendemos aqui não se dissocia da luta pela implementação dos níveis de ensino na comunidade Diadema, sendo essa comunidade uma comunidade campesina é preciso que o direito da mesma a uma educação nas perspectivas do que nos garante a lei seja efetivado, para que o distanciamento dos sujeitos do campo dos seus sonhos e objetivos sejam minimizados, bem como também a desigualdade social.

3 Capítulo II - Metodologia

Para cumprir o percurso da pesquisa a abordagem qualitativa foi escolhida por atender ao objeto de estudo que exige análise mais descritiva, *"*A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento" (Lüdke; André, 1986, p. 11).

O método escolhido foi a pesquisa-ação que, de acordo com Thiollent (1986, p. 14) é uma pesquisa "[...] concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo[...]".

De um lado, o trabalho de campo intenciona contribuir com a comunidade em busca de implementação das políticas públicas em atendimento aos nossos direitos educacionais, de outro, a organização de dados que nos permitem enxergar quantos estudantes da comunidade ainda vivem o dilema de terem que sair da comunidade para estudar na cidade ou até mesmo abandonar os estudos mesmo tendo escola, uma vez que faltam políticas públicas que atendam as necessidades dos povos do campo.

A escolha dessa metodologia se deu por se tratar do meu engajamento junto às famílias na problematização e busca de soluções para a questão da ampliação do ensino fundamental e implantação do ensino médio na própria comunidade. No entendimento de Cunha (2018) o método da pesquisa-ação possibilita caminhar em colaboração, por se tratar de um exercício "onde o pesquisar, sendo parte da pesquisa, entra também nesse processo de colaboração na comunidade" (Cunha, 2018, p. 15).

Gil (2010 *apud* Santos 2015) diz que a utilidade da pesquisa qualitativa se dá pelo fato de cada método contribuir para que o pesquisador tome suas decisões na elaboração de possíveis soluções mediante o problema em investigação.

O autor destaca ainda:

> Para que se possa avaliar a qualidade dos resultados de uma pesquisa, torna-se necessário saber como os dados foram obtidos, bem como os procedimentos adotados em sua análise e interpretação. Daí o surgimento de sistemas que classificam as pesquisas segundo os dados (pesquisa qualitativa e quantitativa), o ambiente em que são coletados (pesquisa de campo ou de laboratório), o grau de controle das variáveis (experimental e não experimental), etc. (Gil, 2010, p.29, *apud* Santos, 2018, p. 34).

Dessa forma, o caráter da ação se evidencia pela minha relação direta com a comunidade, uma vez que sou uma pesquisadora imbricada, inserida no contexto comunitário e, ao mesmo tempo, participante ativa do processo de pesquisa.

Os dados foram produzidos por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas com membros da comunidade escolar, incluindo famílias, mães, pais e professores, conforme os roteiros apresentados nos apêndices B, C e D. As entrevistas foram aplicadas em diferentes momentos, integradas às reuniões e encontros voltados à discussão sobre a ampliação dos anos finais do ensino fundamental e a implantação do ensino médio, não havendo, portanto, um momento exclusivo destinado a essa etapa da coleta.

Participaram efetivamente da pesquisa uma mãe de aluno matriculado entre o 1º e o 5º ano e um professor que leciona nessa mesma etapa de ensino. A seleção dos participantes ocorreu de forma intencional, considerando a disponibilidade e o envolvimento direto com as ações da escola Tia Adesuíta, bem como a disposição em colaborar com o estudo. Ressalta-se que, devido ao receio manifestado por alguns moradores em participar de entrevistas gravadas ou formais, optou-se por um número reduzido de colaboradores, priorizando a escuta qualificada daqueles que se mostraram mais abertos ao diálogo e representativos da realidade local.

Parte das respostas obtidas junto aos diferentes segmentos escolares emergiu também durante a reunião geral realizada com todos os membros da comunidade, ocasião em que foram debatidos os temas centrais da pesquisa. Nesse mesmo contexto, a diretora da escola, o diretor das escolas Calunga, o vereador da comunidade e o vice-prefeito também contribuíram de forma significativa por meio de falas registradas em diário de campo, o que enriqueceu a análise qualitativa dos dados.

Os instrumentos utilizados na pesquisa foram a observação direta, o diário de campo, as entrevistas semiestruturadas e a participação em reuniões, permitindo ouvir diferentes e importantes perspectivas para a análise e interpretação dos resultados.

4 Capítulo III - Resultados e discussões

Abrimos esta seção para tratar do que esperávamos como resultado desta pesquisa e sobre o que eu como pesquisadora tenho a esperançar. Para início da nossa conversa trago aqui uma referência importante que trata das perspectivas do que é a esperança. De acordo com o pensamento freiriano, a esperança não se refere ao verbo esperar e, sim, ao pensamento e à ação “precisamos de esperança crítica” (Freire, 1992, p. 10).

Feita esta colocação acima, o que me leva a acreditar aqui é que a nossa esperança enquanto povo que luta nunca venha terminar. Pois a cada dia vamos renovando as nossas formas de lutas, e este trabalho é mais uma ferramenta de luta que estamos construindo para lutar pelos nossos direitos ao mesmo tempo em que introduzimos uma denúncia sobre os descasos na política de atendimento educacional para a comunidade Diadema em Teresina de Goiás.

Assim, esperançamos não apenas a ampliação dos níveis escolares na escola Tia Adesuíta, mas sim, que todos os direitos quilombolas sejam garantidos e mantidos para que tenhamos uma sociedade mais justa e igualitária.

Sendo assim, passamos a apresentar a educação na comunidade Diadema e a luta pelos direitos educacionais no chão da escola Tia Adesuíta, por meio de sua estrutura física, organização do trabalho pedagógico, a composição do quadro administrativo e pedagógico, bem como a relação do poder público municipal com a comunidade e nossa luta pela ampliação dos níveis de ensino na referida escola.

Não seria por menor razão tratar aqui destas questões se não pelo fato de induzir o leitor ao conhecimento mais aproximado do chão deste trabalho, também pelo fato de apontar alguns ganhos em questão de políticas de direito sobre a educação dos povos tradicionais.

Neste sentido, ao apresentar a estrutura da escola Tia Adesuíta, estamos apresentando também as políticas já conquistadas e ao mesmo tempo trazendo para a discussão instrumentos de luta para a busca de novos e outros direitos. Para exemplificar eu diria que a conquista da escola e de boa parte dos servidores que são da mesma comunidade, mas ainda nos inquietam a necessidade de uma educação ligada a identidade da comunidade, as práticas culturais que ali existem.

Com isso, fica compreendido que o nosso esforço neste capítulo vai para além da apresentação da conjuntura política que envolve a escola e a comunidade, mas também da apresentação de potencialidades de transformação dentro das políticas já conquistadas atendendo uma necessidade maior que é a de uma educação transformadora.

A apresentação da escola vai além da sua estrutura física, administrativa e pedagógica. Aqui queremos apresentar as potencialidades da escola e as transformações pelas quais vem passando, por meio das políticas já conquistadas, a exemplo da quadra poliesportiva, instalação de ponto de internet e ar condicionado. A Figura 1, a seguir, apresenta a faixada de entrada da escola.

Figura 1 - Vista da frente da escola Tia Adesuíta



Fonte: acervo da pesquisadora (2020)

A escola apresentada na Figura 1 é uma das escolas mais bem estruturada em relação a tantas outras que existem nas comunidades. Ela possui um total de sete salas de aula, espaço de recreação, um banheiro masculino e um feminino, ambos

com 4 compartimentos para atender o alunado. Possui uma cantina, uma sala de diretoria e secretaria, tem também internet. Em 2020 a escola passou por uma reforma e recebeu ar condicionado em todas as salas. Foi instalada uma quadra poliesportiva neste mesmo ano, toda iluminada no seu entorno onde as crianças, jovens e adolescentes poderão melhor desenvolver suas atividades físicas, conforme pode ser visto na imagem a seguir, na Figura 2.

Figura 2 - Reunião com o vereador da comunidade - quadra poliesportiva da escola



Fonte: Cidarlene Sousa (2020)

Em razão da disponibilidade de espaço para a ampliação do Ensino Fundamental II e a implantação do Ensino Médio, a escola Tia Adesuíta está atualmente bem representada. No entanto, nossa luta continua, pois ainda carecemos de uma biblioteca que proporcione às crianças acesso a diferentes literaturas, incluindo aquelas que abordam sua própria comunidade e identidade, uma questão também discutida em nossa última reunião.

A ampliação do Ensino Fundamental II e a implantação do Ensino Médio são garantias previstas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96. O artigo 4º estabelece que o dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de educação básica obrigatória e gratuita

dos 4 aos 17 anos, organizada da seguinte forma: pré-escola, ensino fundamental e ensino médio. Além disso, o artigo 26 determina que os currículos do ensino fundamental e do ensino médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (Brasil, 1996).

Portanto, a luta pela ampliação do Ensino Fundamental II e pela implantação do Ensino Médio na escola Tia Adesuíta está em conformidade com as diretrizes legais estabelecidas pela LDB, sendo essencial para garantir o direito à educação de qualidade para os estudantes da comunidade.

A escola, mais que um espaço educacional na comunidade é também um lugar de reuniões, encontros e reencontros, lugar de troca de saberes.

4.1 Da composição da equipe de profissionais

Nesta seção, apresentamos a composição do quadro administrativo e pedagógico da escola Tia Adesuíta. Apresentamos também o quantitativo de estudantes da rede municipal atendidos pela unidade escolar.

Hoje, a escola Tia Adesuíta possui uma média de mais de 50 estudantes que vão desde a pré-escola até o 5º ano do Ensino Fundamental I. A descrição da estrutura da escola foi construída pela minha própria Vicência na escola e durantes as falas de professores, diretora e coordenadora da escola.

4.1.1 Quadro Administrativo

Atualmente a escola referida conta com uma equipe administrativa composta por duas merendeiras, dois zeladores de prédio (guarda noturno) e dois auxiliares de serviços gerais, ambos os servidores são da própria comunidade Diadema. Já o diretor e a secretária da escola ficam em Teresina de Goiás.

4.1.2 Quadro Pedagógico

A equipe pedagógica é composta por um coordenador pedagógico e sete educadores. Desse quadro, nem todos os servidores são da comunidade, alguns professores são da cidade de Teresina de Goiás e outros das comunidades vizinhas.

Esses servidores atendem hoje um total de 103 estudantes distribuídos desde o ensino infantil ao 5º ano do ensino fundamental. Vê-se um percentual considerável de estudantes que todos os anos ao concluírem a primeira fase do ensino fundamental são obrigados a deixar sua casa e a sua escola para buscar a continuidade dos seus estudos em uma escola da cidade.

4.2 Poder Público Municipal

O poder público municipal atualmente, apesar de ainda encontrarmos resistências sobre os nossos direitos, já podemos contar com vice-prefeito, vereador, e diretora de igualdade racial que são da comunidade e que se mostram sensíveis e engajados nas nossas causas, o que fortalece a luta em busca dos direitos.

É notório uma certa resistência sobre os nossos direitos quando se fala por exemplo na queda do transporte escolar levando os nossos alunos da comunidade para a cidade. Parece-me oportuno dizer que de certa forma esse transportar os meninos é um meio de recolhida de recursos dentro do município e que, no entanto, há uma má distribuição do mesmo. Pois, se analisarmos a situação em que são transportados nossos alunos é possível constatar esta hipótese por mim aqui levantada.

O poder público municipal desta comunidade então ainda se encontra ao meu ver, em um nível que ainda não venceu a visão de “poder” de uma pequena minoria sobre o interesse de uma gigantesca rede de luta, resistindo por exemplo em ceder o espaço da escola para a abertura da extensão.

O mais impressionante é que se fala conforme vemos na constituição que Estado e Município trabalham em parceria e em regime de colaboração, o que na prática desta realidade em que apresente há uma distorção ou um desconhecimento das leis por parte de quem se diz deter o poder.

O que me convém dizer aqui sobre tudo isso, é que, é preciso uma reforma muito bem trabalhada não na política em si, mas no pensamento político do poder público em nosso município.

4.3 A Luta pela ampliação dos níveis da educação básica na comunidade Diadema

Nesta seção, valho-me de documentos que nos informam sobre a efetivação da luta atual pela ampliação do Ensino Fundamental II e pela implantação do Ensino Médio na escola Tia Adesuíta. Os documentos foram apresentados durante a visita à Prefeitura e em reunião com a comunidade.

Antes de abordar esses documentos, é importante relembrar que, ao longo dos anos anteriores, já se discutia essa ampliação na comunidade. Inclusive, iniciou-se uma organização que não se concretizou plenamente, mas que nos proporcionou clareza sobre nossos direitos e evidenciou a necessidade de persistirmos nessa luta. Essa experiência motivou a elaboração deste trabalho, permitindo apresentar alguns dos descasos com as políticas públicas de educação voltadas às comunidades tradicionais e, ao mesmo tempo, oferecer subsídios para garantir, de fato, esses direitos políticos.

Dessa forma, este trabalho se torna um instrumento de contribuição para a luta pelos nossos direitos, uma vez que a pesquisa apresenta elementos que demonstram como a comunidade vem se organizando, reforçando essa organização e fortalecendo a mobilização social.

É importante destacar, inicialmente, a participação dos pais na vida escolar de seus filhos. De acordo com Pezzini e Szymanski (2014, apud Santos, 2015, p. 30),

> existe uma grande necessidade de que os pais participem de palestras oferecidas por profissionais capacitados dentro dos parâmetros da educação. Do contrário, estes não reconhecerão a responsabilidade de participarem da formação escolar dos filhos.

Nota-se com estas colocações um interesse muito grande hoje dos pais que estão junto nesta pesquisa lutando pela implementação do ensino básico completo na escola Tia Adesuíta. As fotos de uma reunião que realizamos para discutir tal questão comprovam isso. Veremos mais adiante.

Ainda de acordo com Fiale (2014 *apud* Santos 2015, p. 30), “a participação dos pais no processo educativo funciona como um complemento essencial para o bom desempenho do ensino dos filhos” [...]. O contrário disso, acarreta ainda mais no distanciamento entre os estudantes e os seus objetivos na escola.

O mesmo autor diz ainda que:

> [...] quando as crianças recebem um bom estímulo de casa, quando os pais acompanham todo o processo de educação, ajudando no dever de casa, essas crianças tendem a obter um melhor desempenho escolar. Já quando os pais são ausentes, ou quando a criança tem um vínculo familiar ruim, ela pode apresentar auto-estima prejudicada e distúrbios na aprendizagem (Fiale, 2014 *apud* Santos 2015, p. 30).

Sobre essas perspectivas, é possível afirmar que a luta pela ampliação do Ensino Fundamental II na escola Tia Adesuíta, da comunidade Diadema, ainda se baseia na tentativa das mães e dos pais de se aproximarem da vida escolar de seus filhos. Quando os alunos estudam em uma escola distante da comunidade, torna-se impossível acompanhar de perto as necessidades que eles apresentam no dia a dia escolar. Muitas vezes, a própria escola acaba atribuindo a culpa da ausência dos pais aos alunos, sem considerar os fatores que interferem nessa situação.

Ao mesmo tempo em que se retira o direito e a responsabilidade dos pais na educação de seus filhos, esses mesmos pais são responsabilizados por atitudes ou comportamentos dos estudantes que ocorrem longe de seus olhos. Sobre a garantia do direito à educação e o dever do Estado, pode-se consultar a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205.

Como mencionado anteriormente, essa luta teve início há algum tempo, mas foi somente a partir de 2020 que ganhou força. Nesse período, a gestão das escolas Calungas contou com um diretor que assumiu um papel importante e se preocupou efetivamente com nossos direitos. A escola Calunga III, da comunidade Ema, neste município, serviu de referência para a abertura da extensão Tia Adesuíta.

Além disso, a nova gestão possibilitou, a meu ver, uma mudança na percepção de pais e estudantes, valorizando a educação dentro da própria comunidade e respeitando a identidade local.

Durante essa gestão, levamos novamente a demanda ao conhecimento do novo gestor da comunidade. Foi solicitada uma reunião com a participação da comunidade, e convidamos o prefeito municipal, que também é novo na gestão, e toda a sua equipe de trabalho, composta por representantes de diferentes níveis de luta. O prefeito não compareceu, mas estava presente o vice-prefeito. Participaram ainda o diretor das escolas Calungas, Adão Fernandes da Cunha, a diretora da escola Tia Adesuíta, a coordenadora pedagógica, a diretora de Igualdade Racial do município, entre outros representantes e membros da comunidade.

As imagens a seguir mostram os participantes interessados na implementação do Ensino Fundamental II e na implantação do Ensino Médio durante a reunião (Figuras 3, 4 e 5). Esse processo representou uma mobilização da comunidade, com a participação da pesquisadora.

Figura 3 - Reunião na escola Tia Adesuíta



Fonte: Acervo da pesquisadora (2021)

Figura 4 - Reunião na escola Tia Adesuíta



Fonte: acervo da pesquisadora (2021)

Figura 5 - Reunião na escola Tia Adesuíta



Fonte: acervo da pesquisadora (2021)

Figura 6 - Reunião na escola Tia Adesuíta. Manifestação de interesse pela extensão



Fonte: Acervo da pesquisadora (2021)

Em reunião, conforme podemos conferir no abaixo-assinado (Anexo 1), tivemos a oportunidade de apresentar à comunidade e aos representantes políticos presentes diversos pontos positivos e negativos relacionados à não continuidade dos estudos na comunidade e à possibilidade de abertura da extensão escolar.

Durante a reunião, levantei algumas questões do roteiro da entrevista semiestruturada, dirigidas às mães, aos pais e aos professores, conforme os roteiros apresentados nos Apêndices B, C e D.

A fala inicial do vice-prefeito chamou a atenção da comunidade para a importância da implementação dos níveis de ensino na comunidade, referindo-se à "instalação do Ensino Médio", conforme registrado pela relatora da ata. A secretária e a diretora da escola Tia Adesuíta reforçaram o que foi dito pelo vice-prefeito, dando ênfase à redução dos desgastes dos alunos transportados, à abertura de novas oportunidades de emprego e à valorização da identidade da comunidade na educação, entre outros pontos.

O vereador Sivaldo Farias, também membro da comunidade, destacou: "A abertura da extensão é mais uma conquista na nossa luta. Alguns alunos podem até não gostar, porque, com a abertura, os pais não vão mais mandá-los para a cidade, mas são os pais que são responsáveis e sabem o que é melhor."

Houve uma boa participação no debate por parte de um professor da rede municipal presente, dois pais e outros membros da comunidade em geral, todos manifestando apoio à implementação dos anos finais do Ensino Fundamental na escola referida.

A diretora de Igualdade Racial e historiadora crítica, como gosta de se apresentar, a professora Heleusa Pereira, destacou em sua fala a questão da alimentação escolar, mencionando alunos que saem de casa muito cedo sem se alimentar, passam mal no trajeto até a escola e podem apresentar baixo rendimento, entre outros problemas. Essa situação também impacta na evasão escolar e na distorção idade/série, fatores preocupantes que muitas vezes levam os alunos a desequilíbrios na vida escolar.

O diretor das escolas Calungas, professor Adão Fernandes, ao se apresentar, agradeceu e parabenizou a comunidade pela iniciativa. Retomou muitos aspectos das falas anteriores, mas fez questão de destacar alguns pontos e exemplificar os impactos reais da retirada dos alunos da comunidade para estudarem na cidade. Destacou:

> *“Tudo o que estamos buscando aqui não é se não o que é nosso por direito, o que sobra para comunidade disso é a possível perca da sua identidade, da história do nosso povo, da comunidade, a fragilização da cultura, o distanciamento dos meninos desde pequenos do ceio familiar, o aumento do percentual de chances dos alunos se drogarem, das meninas se prostituírem, várias outras questões. Mas também não podemos olhar só o lado ruim, pois mesmo com todas estas possibilidades de perdição, nossos alunos com muito esforço estão almejando outras possibilidades de futuro, buscando a continuidade dos estudos e alcançando a faculdade, a exemplo disso temos vários formados e outros se formando aqui como é o caso da Gislene. Mas o que nos pesa aqui é saber até quando vamos continuar lutando por aquilo que por direito já é nosso”* (O diretor, 15 de janeiro de 2021).

Nas palavras do diretor das escolas Calungas, ele retomou um ponto mencionado pelo vereador Sivaldo ao falar sobre a oportunidade que temos, neste momento, de buscar juntos a melhoria para nossa comunidade e para nossos alunos. Oportunidades raras na luta e únicas para muitos de nós.

De forma breve, ele compartilhou algumas de suas experiências e de sua história de vida para que a comunidade presente compreendesse melhor o sentido dessa luta por uma educação continuada na comunidade. Isso, a meu ver, despertou tanto nos pais quanto nos alunos presentes um sentimento de orgulho e, ao mesmo tempo, possibilitou vislumbrar e reconhecer que, dentro da comunidade, é possível ter boa escola, bons professores e alcançar sonhos sem precisar enfrentar grandes sofrimentos e discriminação.

Foram quase quatro horas de reunião bastante proveitosa. Saímos de lá com a tarefa de dar seguimento aos encaminhamentos definidos e com a satisfação de ver tanta gente empenhada na luta pelos direitos da comunidade. Mais de 50 membros, entre adultos, adolescentes e crianças, participaram, o que nos faz crer que, em algum momento, essa luta será efetivada.

Durante a reunião, elaboramos uma ata e um abaixo-assinado. Deixamos uma via com o diretor das escolas Calungas para que, juntamente com um ofício, encabeçasse a demanda junto à Coordenação Regional de Educação, pois a escola Calunga III, para a qual solicitamos a extensão, está sob a jurisdição da Coordenação de Campos Belos-Go. Dessa forma, toda a demanda deve ser apresentada a essa coordenação. Esse encaminhamento já foi feito pelo diretor, conforme pode ser conferido nos anexos: ofício solicitando a abertura da extensão, ata, abaixo-assinado e levantamento quantitativo de alunos por turma.

Recebemos uma resposta da coordenação, de acordo com o diretor, solicitando outros documentos. Nesse ponto, a demanda depende da Prefeitura Municipal para

obtenção dos documentos exigidos, sendo eles: o termo de concessão de uso do espaço da escola Tia Adesuíta, emitido pela prefeitura, e a planta baixa da escola, documentos necessários para que possamos reativar e reforçar nosso pedido.

No percurso da pesquisa, foi possível caminhar junto com os segmentos escolares e a comunidade, promovendo uma interação significativa entre pesquisadores, moradores e representantes do Poder Público. Com isso, acreditamos que a pesquisa atingiu seu principal objetivo: contribuir com a investigação dos motivos da não implementação do Ensino Fundamental II e da implantação do Ensino Médio na escola Tia Adesuíta, ao mesmo tempo em que demonstrou ao Poder Público municipal o engajamento da comunidade na luta por seus direitos e a busca pelo conhecimento da legislação pertinente.

Em termos de resultados concretos, a comunidade apresentou formalmente suas solicitações por meio de ofício, ata e abaixo-assinado, entregues à Coordenação Regional de Educação. O diretor das escolas Calungas, professor Adão Fernandes, confirmou que a demanda foi protocolada junto à Coordenação de Campos Belos-Go, que posteriormente respondeu solicitando documentos complementares, como o termo de concessão de uso do espaço da escola Tia Adesuíta e a planta baixa da instituição, demonstrando a tramitação oficial do pedido (conforme anexos da pesquisa).

Além disso, os relatos obtidos por meio das entrevistas com pais, professores e membros da comunidade reforçam o engajamento local. Uma mãe entrevistada destacou: “É a primeira vez que sentimos que nossa voz está sendo ouvida, e queremos garantir que nossos filhos estudem aqui, perto de nós e da nossa cultura.” Um professor comentou: “A comunidade está mobilizada e organizada; isso mostra ao poder público que não desistiremos, e cada reunião é um passo para garantir o ensino completo na nossa escola.” Esses depoimentos evidenciam não apenas a percepção da comunidade sobre suas necessidades, mas também o fortalecimento do sentimento de pertencimento e responsabilidade pela educação local.

Dessa forma, os resultados apontam tanto avanços concretos na interlocução com o Poder Público quanto a consolidação da mobilização comunitária, demonstrando que a pesquisa cumpriu seu papel de instrumento de visibilização e apoio à luta pelos direitos educacionais na comunidade Diadema.

4.5 Conscientização e valorização da identidade quilombola

Durante o desenvolvimento desta pesquisa, ficou evidente que a luta pela implementação do Ensino Fundamental II e pela implantação do Ensino Médio na comunidade Diadema está profundamente relacionada à valorização da identidade quilombola e ao fortalecimento da consciência coletiva. Essa conscientização se expressa tanto nas falas dos representantes comunitários quanto nas respostas das entrevistas realizadas com os moradores, revelando a necessidade de permanência dos jovens na comunidade como forma de resistência cultural e afirmação identitária. O Quadro 1, a seguir, apresenta os principais resultados observados pela pesquisadora.

Quadro 1 - Principais resultados observados:

Aspectos Identificados	Descrição
1. Valorização da identidade quilombola	Os jovens demonstraram orgulho em pertencer à comunidade e reconheceram o papel da escola na preservação da cultura local.
2. Desejo de estudar na própria comunidade	Muitos estudantes afirmaram que gostariam de continuar os estudos sem precisar se deslocar para a cidade, a fim de contribuir com o desenvolvimento local.
3. Engajamento comunitário	Houve relatos de participação em projetos culturais, reuniões e mobilizações voltadas à melhoria da educação quilombola.
4. Dificuldade em manter o vínculo cultural	Alguns estudantes apontaram que, ao estudar fora, sentem-se afastados das tradições e dos valores da comunidade.

Fonte: elaborado pela pesquisadora (2025)

Esses resultados evidenciam que a escola, quando integrada à realidade e à cultura quilombola, atua como espaço de resistência, pertencimento e valorização da identidade. A ausência dos anos finais do ensino fundamental na comunidade, porém, fragiliza esse processo, pois obriga os jovens a se afastarem de seu território, rompendo vínculos sociais e culturais fundamentais para o fortalecimento coletivo.

De acordo com o levantamento realizado na pesquisa, a comunidade Diadema conta com estudantes que precisam se deslocar diariamente até a sede do município de Teresina de Goiás para cursar o Ensino Fundamental II e o Ensino Médio. O transporte escolar é realizado por meio de um único veículo disponibilizado pela

Secretaria Municipal de Educação, que percorre aproximadamente 25 quilômetros em estradas não pavimentadas.

De acordo com o objetivo geral desta pesquisa, que busca contribuir com a luta investigativa dos motivos da não implementação do Ensino Fundamental II e do Ensino Médio na comunidade Diadema/Ribeirão dos Bois, as entrevistas demonstraram que há clareza, por parte da comunidade, quanto às razões estruturais e políticas que dificultam o avanço educacional. A mãe entrevistada, por exemplo, destacou que o principal motivo para a ausência das séries finais do Ensino Fundamental é a “falta de interesse dos gestores”, reforçando o sentimento de descaso por parte das autoridades municipais, o que se relaciona diretamente ao objetivo específico de “verificar os diálogos com as autoridades do município de Teresina de Goiás”.

A entrevistada também enfatizou que o trajeto entre a comunidade e a cidade de Teresina leva aproximadamente uma hora, o que expõe as crianças a riscos diários no trânsito e ao desgaste físico e emocional. Esse deslocamento contínuo impacta diretamente a qualidade do aprendizado e contribui para o cansaço e a evasão escolar, aspectos que respondem ao objetivo de “identificar os principais problemas e desafios enfrentados pelos estudantes ao sair da comunidade para estudar na cidade”.

Quando questionada sobre os benefícios da criação das séries finais na escola Tia Adesuíta, a mãe ressaltou que “os alunos seriam beneficiados porque não precisariam sair de casa tão cedo para se deslocarem até a cidade” e que a implantação dessas etapas “geraria novas vagas de emprego para a comunidade”. Essa fala evidencia que o fortalecimento da escola local é visto não apenas como uma questão educacional, mas também como uma estratégia de desenvolvimento comunitário e de valorização da cultura quilombola, atendendo ao objetivo de “despertar a consciência da juventude sobre a importância de permanecer na comunidade estudando e lutando pelos direitos coletivos”.

Além disso, a participante afirmou que a escola “tem toda a estrutura necessária para que a ampliação seja realizada”, o que reforça que a ausência das séries finais não está relacionada à falta de infraestrutura, mas sim à ausência de vontade política. Esse dado reforça o compromisso da pesquisa em “contribuir com a luta investigativa dos motivos da não implementação” e amplia o debate sobre a

necessidade de políticas públicas que garantam uma educação contextualizada e antirracista nas comunidades tradicionais.

Os resultados da entrevista, somados às observações registradas no diário de campo e aos documentos apresentados à Prefeitura e à Coordenação Regional de Educação, confirmam o engajamento da comunidade e demonstram que há um movimento ativo de reivindicação de direitos. A população quilombola de Diadema demonstra consciência crítica, mobilização e determinação em manter suas crianças e jovens próximos de sua realidade cultural, assegurando o fortalecimento da identidade quilombola por meio da educação.

Assim, a pesquisa revela que a ampliação do Ensino Fundamental II e a implantação do Ensino Médio na escola Tia Adesuíta não representam apenas uma necessidade pedagógica, mas um ato político de resistência, de preservação cultural e de reconhecimento da autonomia das comunidades quilombolas na luta por uma educação justa e emancipadora.

Como análise, observa-se que os dados demonstram que o deslocamento diário representa um dos principais desafios enfrentados pelos estudantes, afetando o rendimento escolar, o tempo de descanso e a permanência na escola. Foram relatados casos de cansaço, atrasos frequentes e até desistência, especialmente em períodos de chuva, quando o transporte enfrenta dificuldades para circular. Esses elementos reforçam a necessidade urgente de implantar os anos finais do ensino fundamental na própria comunidade, garantindo o direito à educação de qualidade e acessível para todos.

Durante o desenvolvimento desta pesquisa, ficou evidente que a luta pela implementação do Ensino Fundamental II e pela implantação do Ensino Médio na comunidade Diadema está profundamente relacionada à valorização da identidade quilombola e ao fortalecimento da consciência coletiva. Essa conscientização se expressa tanto nas falas dos representantes comunitários quanto nas respostas das entrevistas realizadas com os moradores, revelando a necessidade de permanência dos jovens na comunidade como forma de resistência cultural e afirmação identitária.

De acordo com o objetivo geral desta pesquisa, que busca contribuir com a luta investigativa dos motivos da não implementação do Ensino Fundamental II e do Ensino Médio na comunidade Diadema/Ribeirão dos Bois, as entrevistas demonstraram que há clareza, por parte da comunidade, quanto às razões estruturais e políticas que dificultam o avanço educacional. A mãe entrevistada, por exemplo,

destacou que o principal motivo para a ausência das séries finais do Ensino Fundamental é a “falta de interesse dos gestores”, reforçando o sentimento de descaso por parte das autoridades municipais, o que se relaciona diretamente ao objetivo específico de “verificar os diálogos com as autoridades do município de Teresina de Goiás”.

A entrevistada também enfatizou que o trajeto entre a comunidade e a cidade de Teresina leva aproximadamente uma hora, o que expõe as crianças a riscos diários no trânsito e ao desgaste físico e emocional. Esse deslocamento contínuo impacta diretamente a qualidade do aprendizado e contribui para o cansaço e a evasão escolar, aspectos que respondem ao objetivo de “identificar os principais problemas e desafios enfrentados pelos estudantes ao sair da comunidade para estudar na cidade”.

Quando questionada sobre os benefícios da criação das séries finais na escola Tia Adesuíta, a mãe ressaltou que “os alunos seriam beneficiados porque não precisariam sair de casa tão cedo para se deslocarem até a cidade” e que a implantação dessas etapas “geraria novas vagas de emprego para a comunidade”. Essa fala evidencia que o fortalecimento da escola local é visto não apenas como uma questão educacional, mas também como uma estratégia de desenvolvimento comunitário e de valorização da cultura quilombola, atendendo ao objetivo de “despertar a consciência da juventude sobre a importância de permanecer na comunidade estudando e lutando pelos direitos coletivos”.

Além disso, a participante afirmou que a escola “tem toda a estrutura necessária para que a ampliação seja realizada”, o que reforça que a ausência das séries finais não está relacionada à falta de infraestrutura, mas sim à ausência de vontade política. Esse dado reforça o compromisso da pesquisa em “contribuir com a luta investigativa dos motivos da não implementação” e amplia o debate sobre a necessidade de políticas públicas que garantam uma educação contextualizada e antirracista nas comunidades tradicionais.

Os resultados da entrevista, somados às observações registradas no diário de campo e aos documentos apresentados à Prefeitura e à Coordenação Regional de Educação, confirmam o engajamento da comunidade e demonstram que há um movimento ativo de reivindicação de direitos. A população quilombola de Diadema demonstra consciência crítica, mobilização e determinação em manter suas crianças

e jovens próximos de sua realidade cultural, assegurando o fortalecimento da identidade quilombola por meio da educação.

Assim, a pesquisa revela que a ampliação do Ensino Fundamental II e a implantação do Ensino Médio na escola Tia Adesuíta não representam apenas uma necessidade pedagógica, mas um ato político de resistência, de preservação cultural e de reconhecimento da autonomia das comunidades quilombolas na luta por uma educação justa e emancipadora.

5 Considerações finais

A presente pesquisa teve como propósito aprofundar o conhecimento sobre o contexto histórico e social da comunidade quilombola Diadema, situada em Ribeirão dos Bois, com o objetivo de compreender as causas da não implementação do Ensino Fundamental II e do Ensino Médio na Escola Municipal Tia Adesuíta. Ao longo do estudo, buscou-se evidenciar a ausência de políticas públicas efetivas que assegurem o direito à educação para todos, conforme previsto na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96).

Os resultados obtidos indicam que a comunidade enfrenta sérios desafios em relação à continuidade dos estudos, especialmente para os alunos que concluem o 5º ano e precisam se deslocar diariamente até a cidade de Teresina de Goiás. Esse deslocamento, que dura aproximadamente uma hora, expõe as crianças a riscos no trajeto, ao cansaço e a prejuízos no processo de aprendizagem. A falta de acesso à escola dentro da própria comunidade também compromete a convivência familiar e a integração cultural, elementos fundamentais da formação dos sujeitos do campo e das comunidades quilombolas.

A pesquisa revelou, ainda, que o principal entrave à ampliação dos níveis de ensino não está relacionado à ausência de infraestrutura, mas à falta de interesse político e administrativo por parte dos gestores públicos. Conforme apontado nas entrevistas, a escola Tia Adesuíta dispõe de espaço e estrutura física adequados para atender às séries finais do Ensino Fundamental e à implantação do Ensino Médio, dependendo apenas da efetiva vontade política e de um compromisso real com a educação quilombola.

Outro ponto relevante observado foi o fortalecimento da mobilização comunitária e da consciência coletiva em torno do direito à educação. A reunião realizada com representantes da Prefeitura, da Coordenação Regional de Educação e das escolas Calungas demonstrou que a comunidade está organizada e determinada a lutar pela ampliação da oferta educacional. O envio de ofícios, atas e abaixo-assinados à Coordenação Regional de Campos Belos-Go comprova esse esforço coletivo e reforça o compromisso da comunidade em participar ativamente das decisões que envolvem sua escola.

Do ponto de vista social e cultural, a pesquisa também contribuiu para o despertar da consciência da juventude e das famílias sobre a importância de permanecerem na comunidade, estudando e fortalecendo a identidade quilombola. As falas dos participantes evidenciaram o desejo de ver a escola como um espaço de valorização da cultura local e de oportunidades para o desenvolvimento social, econômico e educacional.

Assim, o estudo confirma que a luta pela ampliação do Ensino Fundamental II e pela implantação do Ensino Médio na escola Tia Adesuíta transcende a dimensão pedagógica: trata-se de um movimento político e social em defesa da dignidade, da autonomia e do reconhecimento das comunidades quilombolas. A pesquisa, portanto, cumpriu seu papel ao revelar os desafios, as demandas e as potencialidades da comunidade Diadema, servindo como instrumento de visibilização e de reivindicação por uma educação pública de qualidade, inclusiva e contextualizada.

Conclui-se que, enquanto o poder público não efetivar as políticas educacionais voltadas às populações do campo, a universalização da Educação Básica permanecerá um ideal distante. A comunidade Diadema, no entanto, demonstra que está preparada para continuar lutando por seus direitos, transformando a esperança em ação e fortalecendo, por meio da educação, sua identidade e seu pertencimento.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Decreto **nº 7.352/2010 – Política de Educação do Campo e Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária** – PRONERA. Presidência da República. Casa Civil, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm. Acesso em 5 out. 2025.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 16 de dezembro de 2022.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília, DF. Presidência da República. Casa Civil, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 13 mai. 2024.

BRASIL. **Resolução** CNE/CEB 8/2022 Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. MEC: Brasília - DF, 2012. Disponível em: https://www.google.com/search?q=resolu%C3%A7%C3%A3o+no+8+de+20+de+novembro+de+2012&oq=resolu%C3%A7%C3%A3o&aqs=chrome.0.69i59l2j69i57j0i131i433i512j0i433i512j0i131i433i512j69i61j69i60.7171j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8. Acesso em: 13 mai, 2024.

CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Organizadores). **Dicionário da Educação do Campo**, Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, pp. 259-267.

CUNHA, Adão Fernandes da. **O Calendário Agrícola na Comunidade Kalunga Vão de Almas:** uma proposição a partir das práticas de manejo da mandioca. Dissertação. (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, 2018. Brasília-DF, 2018, 157 p. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/34102/1/2018_Ad%C3%A3oFernandesdaCunha.pdf. Acesso em 5 out. 2025.

FREIRE, Paulo, 1921. **Pedagogia da Esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido/ Paulo Freire. Rio de janeiro: Paz e Terra, 1992.

HADDAD, Sérgio. Direito à educação. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Organizadores). **Dicionário da Educação do Campo,** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 217-223.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MOLINA, Mônica Castagna; SÁ, Lais Mourão. Escola do Campo. *In* CALDART, Roseli S.; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.)

Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 324-330).

SANTOS, Maria Pereira dos. **O envolvimento dos Pais na Vida Escolar dos Filhos: Um Estudo no Contexto da Escola Santo Antônio do Vão de Almas-Go.** Planaltina - DF, 2015, 51p.

SILVA, Aneli Soares da. **Uso das plantas medicinais do cerrado na comunidade Kalunga, Ribeirão dos Bois, Teresina – Go.** (Trabalho de conclusão de Curso) Universidade de Brasília, Planaltina- DF, 2013. Disponível em: https://jbb.ibict.br/bitstream/1/1034/1/2013_AneliSoaresDaSilva.pdf. Acesso em 5 out. 2025.

SOARES, Janaina dos Santo; RODRIGUES, Marcilene Furtado Dias; ANTUNES, Layse Paes; NOGUEIRA, Samia Santa Brígida. Desafios e perspectivas da educação quilombola no Brasil. **Território e Cidadania**, v. 1, n. 3, 2024. DOI: https://publicacoes.agb.org.br/territorioecidadania/article/download/3604/2477

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-açã**o. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986. (Coleção temas básicos de pesquisa-ação).

APÊNDICES

Apêndice A

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DAS/OS Participantes da Pesquisa: Os desafios da educação na Comunidade Quilombola Diadema/Ribeirão dos Bois no Município de Teresina de Goiás: a luta pela ampliação do ensino fundamental na Escola Municipal Tia Adesuíta

A pesquisa será realizada pela graduanda em Educação do Campo, Gislene Farias de Sousa. Orientadora da pesquisa: Profª Drª Rosineide Magalhães. Co-orientadora: Profª Drª Maria Osanette de Medeiros.

O objetivo da pesquisa é contribuir com a luta investigativa dos motivos da não implementação do Ensino Fundamental II e Ensino Médio na comunidade Diadema/Ribeirão dos Bois.

Os dados gerados irão compor uma produção escrita, em forma de monografia com possibilidade de serem utilizados em eventos acadêmicos, científicos e didáticos e encaminhados para publicação, tanto na área de educação, quanto em áreas afins.

As/os participantes da pesquisa a fazem de forma voluntária e são livres para, a qualquer momento que desejem e em qualquer fase da pesquisa, recusarem-se a participar ou retirar seu consentimento de participação, sem qualquer prejuízo a elas/eles mesmas/os e à pesquisadora. Asseguramos total sigilo das informações, depoimentos e dos dados fornecidos, utilizando pseudônimo para manter o anonimato de sua identidade, dentro dos princípios éticos da pesquisa.

Eu,_____(nom
e da entrevistada ou do entrevistado)

Telefone: (DDD) _____

RG nº_____ órgão emissor. CPF nº _____

Declaro que li este documento e entendi os propósitos do mesmo e sinto-me esclarecida(o) a participar da pesquisa, dando o meu consentimento livre, assim como autorizo o uso de imagem, voz e nome. .

Assinatura:_____

Data: __/____/____.

Apêndice B

Carta de apresentação com roteiro de entrevista semiestruturada com mães e pais

Universidade de Brasília - UNB
Faculdade UnB Planaltina- FUP
Licenciatura em Educação do Campo

Planaltina, 26 de fevereiro de 2020.

Prezada(o)

Eu sou Gislene Farias de Sousa, estudante do curso de Licenciatura em Educação do Campo da Faculdade UnB Planaltina (FUP) e pretendo fazer uma pesquisa nessa escola, com o tema: Ensino Fundamental, Fase dois na Escola Municipal Tia Adesuíta da Comunidade Diadema/ Município Teresina de Goiás. Gostaria de fazer uma entrevista com você para saber por que na Escola Tia Adesuita não tem os anos finais do ensino fundamental.

Desde já agradeço. Pela sua colaboração.

Atenciosamente,

Gislene Farias de Sousa

Estudante do Curso de Licenciatura em Educação do Campo área de Ciências

Apêncice C

Entrevista semiestruturada

Roteiro para mães e pais:

1. Quanto tempo seu filho ou sua filha gasta da comunidade Diadema até a cidade de Teresina?

2. Que consequências esse deslocamento traz para as crianças?

3. Você gostaria que tivesse séries finais na Escola Municipal Tia Adesuita?

4. Quais os benefícios?

5. Você sabe por que não tem as séries finais na comunidade Diadema?

6. As famílias ou a comunidade já tomaram alguma iniciativa para que a escola tenha a Fase II do Ensino Fundamental? Quais?

7. O que mais precisa ser feito para que a escola Tia Adesuíta tenha as séries finais do ensino fundamental?

8. O que você gostaria de acrescentar a essa entrevista?

Apêndice D

Carta de apresentação com roteiro de entrevista semiestruturada com professoras(es)

Universidade de Brasília - UNB
Faculdade UnB Planaltina- FUP
Licenciatura em Educação do Campo

Planaltina, 26 de fevereiro de 2020.

Prezado(a) Professor(a)

Eu sou Gislene Farias de Sousa, estudante do curso de Licenciatura em Educação do Campo da Faculdade UnB Planaltina (FUP) e pretendo fazer uma pesquisa nessa escola, com o tema: Ensino Fundamental, Fase dois na Escola Municipal Tia Adesuíta da Comunidade Diadema/ Município Teresina de Goiás. Gostaria de fazer uma entrevista com você para a obtenção de dados que possam responder as questões da pesquisa. Conto com suas contribuições, que muito enriquecerão o meu trabalho investigativo.

Desde já agradeço.

Atenciosamente,

Gislene Farias de Sousa

Estudante do Curso de Licenciatura em Educação do Campo área de Ciências

Apêndice E

Roteiro entrevista para professoras(es)

1. Qual a sua formação?
2. Há quanto tempo leciona para os anos finais do Ensino Fundamental I?

a. Há quanto tempo leciona nessa escola?

3. Para você qual a importância de ser implantada a Fase II do Ensino Fundamental na escola Tia Adesuíta?
4. Quais as vantagens de ter a Fase II na escola?
5. O que significa para as/os estudantes ter a Fase II do Ensino Fundamental na comunidade?
6. O que significa para as famílias?
7. O que você gostaria de acrescentar a esta entrevista?

ANEXOS

Anexo 1

Abaixo assinado

Coordenação Regional de Educação de Campos Belos

Secretaria de Estado da Educação

GOIÁS

Secretaria das escolas Calungas I, II, III, IV e V

Memorando 08/2021

Campos Belos de Goiás, 20 de Janeiro de 2021.

Exma. Senhora:

APARECIDA DE FÁTIMA GAVIOLI SOARES PEREIRA

Secretária de Estado, de Educação Cultura e Esporte

Goiânia – GO

Assunto: Abertura de Extensão da Escola Calunga III na Comunidade Diadema Ribeirão dos Bois no município de Teresina de Goiás.

Senhora Secretária.

Ao cumprimenta-la cordialmente, gostaria de parabenizar e agradecer mais uma vez pela confiabilidade de assumir a gestão das Escolas Calungas. Porém venho através deste memorando solicitar de vossa senhoria em caráter de urgência que atenda esse pedido de socorro da comunidade.

Como professor e militante da educação acompanho muitas demandas das nossas escolas há bastante tempo, e essa é mais uma das quais a comunidade vem lutando e ainda não teve êxito. E hoje como Gestor militando das causas sociais e direitos humanos é minha obrigação atuar nestas demandas para que possamos garantir que as Políticas Públicas se efetivem na educação das nossas comunidades dentro das próprias comunidades. Já são muitos anos de carência e sofrimento dos nossos alunos e pais enfrentando estrada saindo da comunidade para estudarem na cidade mesmo tendo uma escola na porta. Neste sentido a comunidade clama pela abertura da extensão Calunga III Tia Adesuita, implementando assim, todo Ensino Básico na mesma para que possamos garantir a terminalidade deste ensino tendo um acompanhamento dos pais de perto. Pois são 90 km de distância percorridos todos os dias em um ônibus superlotado para alcançar a escola onde estuda hoje que é na cidade.

A escola Tia Adesuita a qual solicitamos a abertura da extensão possui ótima estrutura contendo 07 salas de aulas e ficando disponíveis para uso nos períodos vespertino e noturno, pois até o momento só temos na mesma a primeira fase do Ensino Fundamental. A escola tem ainda todas as salas forradas, com ar condicionado, espaço de recreação, sala de secretaria, cantina banheiros, o que nos dão certeza de que tem uma estrutura para suportar a terminalidade do ensino básico ali.

Por isso, venho através deste e em caráter de urgência solicitar a abertura desta extensão, pois não queremos mais que nossos alunos sofram tanto desgaste sendo transportados todos os dias

Abaixo assinado,

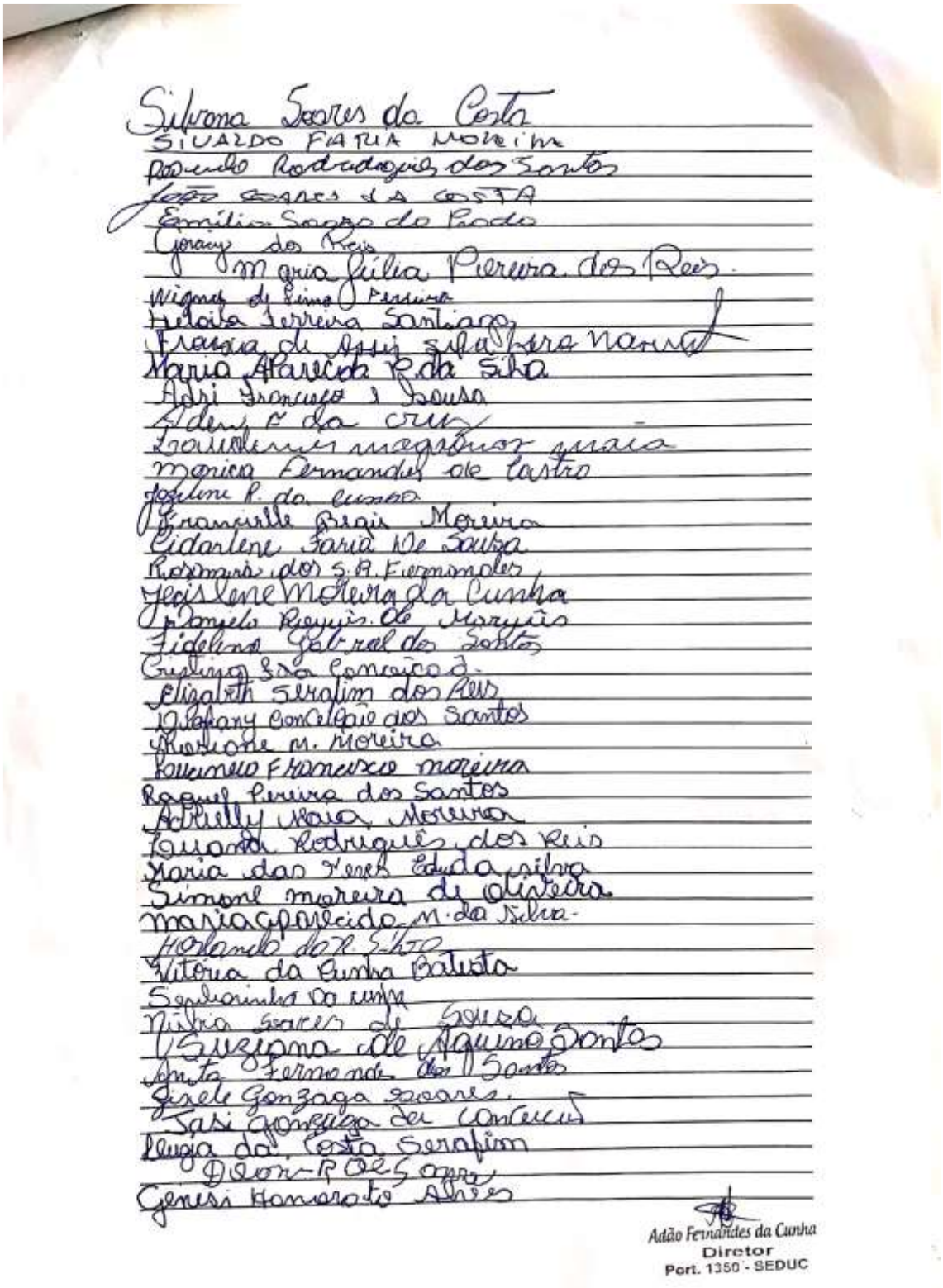
Teresina de Goiás- Comunidade Diadema Ribeirão dos Bois

08 de Janeiro de 2020

Nós, pais. Vice Prefeito de Teresina de Goiás. Vereador da comunidade Diadema e comunidade geral da Escola Municipal Tia Adesuita localizada na comunidade Kalunga Diadema Ribeirão dos Bois deste município. viemos através deste abaixo assinado manifestar nosso interesse em abrir uma extensão da Escola Calunga III e implementar a segunda fase do Ensino Fundamental e Ensino Médio na mesma, pois estamos descontentes vendo nossos filhos sendo transportados da comunidade para a cidade todos os dias cerca de 90 km para estudarem mesmo tendo a oportunidade de permanecerem na sua na própria comunidade. São em média 80 estudantes transportados hoje. por isso pedimos que atenda nosso pedido, pois não queremos mais ter que sair da comunidade para terminar o ensino básico na cidade.

Certos da nossa demanda ser atendida agradecemos antecipadamente e firmamos nosso interesse com as presentes assinaturas de pais e alunos da escola referida.

Adão Fernandes da Cunha
Diretor
Port. 1350 - SEDUC



Silvana Soares da Costa
SIVALDO FARIA MOREIRA
Rosinelda Rodrigues dos Santos
[illegible] SOARES DA COSTA
Emília Sagga do Prado
Joraney dos Reis
Maria Júlia Pereira dos Reis
Wigna de Lima Pereira
Heloisa Ferreira Santiago
Francisca de Assis Silva Ferreira Nunes
Maria Aparecida P. da Silva
Adri Francisco I Sousa
Edenes F da Cruz
[illegible]
Monica Fernandes de Castro
Josiane P. da Cunha
Francielle Brais Moreira
Cidarlene Faria De Souza
Rosimeire dos S. B. Fernandes
Yaislene Moreira da Cunha
Daniela Reguis de Marguis
Fidelina Gabriel dos Santos
Cristina Sda Conceição
Elizabeth Serafim dos Reis
Stefany Conceição dos Santos
Rosilene M. Moreira
Domingos F Honorato moreira
Raquel Pereira dos Santos
Adrielly Maria Moreira
Luciana Rodrigues dos Reis
Maria das Neves Edvalda silva
Simone moreira de Oliveira
Maria Aparecida M. da Silva
Holanda dos S. Reis
Vitoria da Cunha Batista
Sepharinha da cunha
Nilcia Soares de Souza
Suziane de Aquino Santos
Sonia Fernandes dos Santos
Gisele Gonzaga Soares
Sasi Gonçalves dos Anjos
Lucia da Costa Serafim
Dilson Reis Soares
Genesi Honorato Alves

Adão Fernandes da Cunha
Diretor
Port. 1350 - SEDUC

Adriana Pereira dos santos
Maria Cristina teles da Silva
Maria Divina Mª da Silva
Maria Irina Farias dos Santos
Carla Renata de Souza
Jauzia maria da Conceição Souza
Maria Helena N do prado
Martinho Soares da Silva Vice Prefeito
Solfina Edeltrudes da Silva
Maria Suares da Silva
Emerson Ferreira Passos
Claudia Verena dos Reis
Edelina de Sousa Ribeiro
Erislene Pereira de sousa
Adão fernandes da Cunha
Irani Pereira Pinto
Jean Francisco Xavier
Adão moreira dos Santos
Dario Calixto de Aguiar Cardoso
Aldair moreira da Silva
Francisco das G
Ricardo Francisco de Souza
Wallison Farias De Souza
Anderson Farias Pereira dos santos
Eleonice Fernandes da Cruz
Frank Augusto Marques
Rebeline Marques de Oliveira
Maria Lúcia José de Sousa
Luana P Marinho
Cristiane do Nascimento Borges da Costa

Adão Fernandes da Cunha
Diretor
Port. 1350 - SEDUC